

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 46.722 - SP
(2014/0264170-2)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : SILVIA MARTINEZ BRANDÃO FERREIRA DE MORAES
ADVOGADO : DIRCEU AUGUSTO DA CÂMARA VALLE - SP175619
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por **Silvia Martinez Brandão Ferreira de Moraes**, contra acórdão às fls. 148/157, proferido pela maioria de votos do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.

Narram os autos que a ora recorrente, Oficiala da Polícia Militar do Estado de São Paulo, teve decretada a perda de seu posto e da patente em face do julgamento do Conselho de Justificação n.º 242/2013, que tramitou perante o Tribunal de origem.

Contra esse acórdão foram, então, opostos embargos declaratórios.

Antes do julgamento desses aclaratórios, a ora recorrente peticionou nos autos, protestando pela juntada aos autos da sentença absolutória – fundamentada no art. 439, *d*, do CPPM ("*O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça: [...] d) existir circunstância que exclua a ilicitude do fato ou a culpabilidade ou imputabilidade do agente (arts. 38, 39, 42, 48 e 52 do Código Penal Militar)*") c/c o art. 38, *b*, do CPM (Art. 38. *Não é culpado quem comete o crime: [...] a) sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade;*") – proferida na seara criminal, que, na forma do art. 462 do CPC/1973, constituiria fato novo capaz de influenciar o resultado final do julgamento do Conselho de Justificação em epígrafe.

Diante do indeferimento de seu pedido e, posteriormente, do não provimento do respectivo agravo regimental, a recorrente impetrou o presente mandado de segurança, que resultou denegado nos termos do acórdão assim ementado (fl. 149).

Policial Militar - Conselho de Justificação - Julgamento - documento posterior - juntada aos autos indeferida - violação ao art. 462 do Código de Processo Civil e ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal - ausência de direito líquido e certo - fato

superveniente - prestação jurisdicional ofertada - aplicação subsidiária do CPPM por expressa determinação da Lei 5836/72 - improcedência - ordem denegada - maioria.

Em suas razões recursais, narra a impetrante que (fl. 162):

[...] em processo criminal correlato e de absoluta identidade fática com o Conselho de Justificação, foi [...], dias após o julgamento de seu processo administrativo, absolvida sob o duplo fundamento de inexistência do fato e inexistência do crime (CPPM, art. 439, alíneas "a", primeira parte, e "b"), consignando que o pleito absolutório partiu do próprio Ministério Público, que, diante do conjunto probatório, elevou a recorrente a condição de vítima.

Deste modo, como a decisão criminal foi posterior ao quanto decidido nos autos do Conselho de Justificação, nos termos do art. 138, § 3º, da Constituição do Estado de São Paulo, mas, principalmente, nos termos do art. 935 do Código Civil e art. 462 do Código de Processo Civil, a recorrente requereu fosse esse fato superveniente considerado quando do julgamento dos embargos de declaração apresentados no Conselho de Justificação, haja vista tratar-se de absolvição que tem repercussão no caso, porquanto, sabido e consabido, em nosso ordenamento prepondera, sempre, a decisão penal.

Sustenta que o fundamento adotado pelo Tribunal *a quo*, para não conhecer do alegado fato novo – art. 17 da Lei 5.836/1972 (que "*Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências*"), seria equivocado, vez que (fls. 166/167):

O direito nunca é bem compreendido quando interpretado em horizonte limitado, não sendo demais considerar que apenas pelo ângulo de uma metódica sistêmica pode-se perceber as regras de direito de maneira legítima e coerente, notadamente porque dado o direito ser sistema, deve ele ser interpretado como um todo.

[...]

Como que reproduzindo a própria impetração, data maxima venha, mas diferentemente do quanto decidido, não apenas é possível que o fato superveniente seja objeto de análise nos autos do Conselho de Justificação n.º 242/13, mesmo que em embargos de declaração, como, sobretudo, mostra-se necessário que o mesmo influa no caso, até mesmo por uma questão de coerência, legalidade e, principalmente, justiça.

Inicialmente, necessário dizer que o Código de Processo Civil, diferentemente do quanto constante na decisão combatida, está no mesmo patamar que o Código de Processo Penal Militar, e, por isso, não só pode como deve ser aplicado na espécie, ex vi das Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Princípios informadores do processo administrativo

Artigo 2º - O processo administrativo rege-se pelas normas contidas nestas Instruções, respeitados os preceitos constitucionais e administrativos, a legislação específica, os atos normativos do Governador do Estado, do Secretário da Segurança Pública e os convênios.

Conflito aparente de normas § 1º - No caso concreto, se houver divergência entre as normas, prevalecerá a de maior hierarquia.

Normas subsidiárias § 2º - Aplicam-se subsidiariamente a estas Instruções as normas do Código Penal Militar (CPM), do Código de Processo Penal Militar (CPPM), do Código de Processo Penal (CPP), do Código Civil (CC), do Código de Processo Civil (CPC) e a Lei Federal nº 5.836, de 05 de dezembro de 1972.

Nessa toada, alega que a regra contida no art. 462 do CPC/1973 se aplica ao caso concreto, aduzindo, a tanto, que "*Cássio Scarpinella Bueno pondera: 'o art. 462 tem aplicação irrestrita no âmbito dos tribunais de segundo grau de jurisdição. Também eles deverão levar em conta fato ou direito novo que têm aptidão para influenciar o julgamento da ação'*" (fl. 168). Nesse mesmo sentido, cita doutrinadores outros, bem assim precedentes desta Corte.

Quanto à questão de fundo, assevera que (fl. 170):

Não bastasse, além da absolvição ter se dado por inexistência do fato - incidindo, pois, a inteligência do art. 935 do Código Civil -, deu-se, também, por inexistência de crime, porquanto a fundamentação lançada nos autos do processo regular de que com dolo teria agido a recorrente e a observação constante da r. sentença que, ao enfrentar o caso, considerou "que não houve nenhuma atividade clandestina, mas sim ostensiva quanto à retirada dos internos do PMRG, isso demonstra a total ausência de dolo por parte da Major Silvia", aliada as ponderações do parquet que a elevou a condição de vítima, verdadeiro bode expiatório na Polícia Militar do Estado de São Paulo, passou a

incidir, pois, a teoria dos motivos determinantes.

Portanto, diferentemente do quanto decidido pelo E. Tribunal de Justiça Militar, incontroverso que o direito superveniente cristalizado na absolvição proferida na esfera penal merece ser considerado nos autos do Conselho de Justificação n. 242/13, razão pela qual, como já julgados os embargos de declaração ali manejados, confirmada a ilegalidade e a injustiça praticada em face da recorrente, medida de rigor é, consequência em caso de provimento do presente recurso, determinar à origem a anulação do veredicto e apreciação do alcance da absolvição penal no processo administrativo.

Por fim, requer (fls. 170/171):

[...] seja conhecido e provido o presente inconformismo para que, por conta da violação ao art. 935 do Código Civil e ao art. 462 do Código de Processo Civil e, principalmente, por atentar a decisão atacada ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, seja determinada a juntada da sentença absolutória proferida no processo n. 66.702/13 cujo trâmite se deu perante a 1ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de São Paulo aos autos do Conselho de Justificação n.º 242/13, bem como que, já que apreciado os embargos de declaração apresentados no referido processo administrativo sem analisar a repercussão da absolvição, seja anulado o quanto ali decidido, determinando à origem que proceda a novo julgamento, considerando, evidentemente, o alcance do quanto decidido na esfera penal.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Maria Caetana Cintra Santos, opinou pelo não provimento do recurso ordinário, nos termos da ementa que se segue:

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. FATO NOVO. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. INDEFERIDO. JULGAMENTO JÁ REALIZADO. ENSEJA EXAME APROFUNDADO DO CONTEXTO PROBATÓRIO. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. NÃO CARACTERIZADAS A LIQUIDEZ E A CERTEZA DO DIREITO POSTULADO.

- Parecer pelo desprovimento do recurso. (fl. 214)

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Em consulta ao sistema eletrônico do Superior Tribunal de Justiça, pode-se verificar que, à unanimidade, a Primeira Turma desta Corte Superior, deu provimento ao **RMS 46.722/SP** para declarar a nulidade do voto desempate proferido pelo Juiz Presidente do TJM/SP no julgamento do Conselho de Justificação n.º 242/2003 e, via de consequência, declarar como resultado do referido julgamento a orientação mais favorável à recorrente. Não houve interposição de novos recursos e o aludido acórdão transitou em julgado em 21/03/2019.

Por isso, entendo que o presente mandado de segurança perdeu seu objeto, e essa perda superveniente (art. 493 do CPC) faz desaparecer, igualmente, o interesse processual, impondo-se a **extinção do feito, sem resolução do mérito**, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

ANTE O EXPOSTO, e com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente recurso ordinário em mandado de segurança e extingo o feito, **sem resolução do mérito**, por perda superveniente do objeto.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**
Relator